

Orlando Morando tem o governo mais investigado do Grande ABC

Prefeito de São Bernardo viu seu nome ou de secretários envolvidos em escândalos de corrupção que foram alvos do MP

Dentre todos os governos municipais, o prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PSDB), tem a administração mais investigada pelo MP (Ministério Público) no Grande ABC. O caso mais emblemático envolvendo a gestão do tucano é a *Operação Prato Feito*, deflagrada em 2018 para investigar denúncias de desvio de recursos da merenda em prefeituras de São Paulo.

O esquema consistia, segundo a investigação, em acomodar empresas de alimentação no governo, que realizavam contratos fraudulentos de alimentação. Orlando estava entre os 12 denunciados pelo MPF (Ministério Público Federal). O tucano foi acusado pela procuradora regional da República Elizabeth Kobayashi por peculato (desvio de recursos públicos), crime contra a ad-

ministração pública, corrupção, fraude de licitação e organização criminosa.

Entre os nomes denunciados estava o do então aliado Carlos Maciel, que foi secretário de Assuntos Governamentais da Prefeitura de São Bernardo e presidiu a FUA-BC (Fundação do ABC), por indicação de Orlando.

Na secretaria, Maciel agiu, segundo o MPF, para colocar as empresas do gênero, Fábio Mathias Favaretto, como fornecedoras da Prefeitura de São Bernardo. A ação incluía retardar as licitações para criar situações de emergência e, com isso, admitir as empresas sem necessidade da realização de concorrência pública. O esquema também foi realizado via FUABC (Fundação do ABC), na gestão de Carlos Maciel. A PF (Polícia Federal) chegou a pedir o afa-



ORLANDO. Vários escândalos na administração



MACIEL. Pivô do desvio de dinheiro da merenda

tamento de Orlando, tamanha a quantidade de denúncias que o envolviam diretamente no escândalo.

A *Operação Barbatana* foi outra que colocou o Paço de São Bernardo no centro de um escândalo de corrupção.

Na ocasião, o então secretário de Gestão Ambiental, Mário de Abreu, foi flagrado em um esquema de ven-

da de cargos públicos e de licenças ambientais. Mário de Abreu chegou a ser condenado a 15 anos de prisão pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva e concussão (quando o servidor exige vantagem indevida por meio do cargo que ocupa).

Como desdobramento, o Ministério Público deflagrou a *Operação Lix*, que apreendeu R\$ 135 mil em dinheiro com um agente público e R\$ 8.500 com outro servidor. O caso também atingiu a Secretaria de Serviços Urbanos, envolvida em esquema que rompeu um contrato para poder colocar outras companhias no governo de Orlando Morando, também sem necessidade de licitação. Na visão da Promotoria, a emergenciaisidade foi fabricada para favorecer empresa aliada.

Outro réu foi acomodado na administração de Orlando Morando: Delson José Amador, atual secretário de Transportes e Vias Públicas. Ele responde a duas ações da época em que foi superintendente da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A) e DER (Departamento de Estradas de Rodagem), durante as gestões de Geraldo Alckmin (PSB) e José Serra (PSDB).

da Redação

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3